

## Os primeiros anos de luta legislativa do Partido dos Trabalhadores: a participação dos deputados federais no movimento Diretas Já! e no Colégio Eleitoral

The first years of legislative struggle of the Workers' Party: the participation of deputies  
in Direct Elections Now! and Electoral College

Glauber Eduardo Ribeiro Cruz\*

**Resumo:** Este texto tem como objetivo analisar os primeiros anos de vida legislativa do Partido dos Trabalhadores por meio da atuação dos deputados federais no movimento Diretas Já! e no Colégio Eleitoral. As fontes utilizadas são os discursos encontrados no Diário do Congresso Nacional, Seção I, publicado entre os anos de 1983, 1984 e 1985 disponíveis no site da Câmara dos Deputados. Na perspectiva metodológica, o discurso político é o instante privilegiado para a ação política, em meio aos fatos e aos acontecimentos, e como objeto de pesquisa requer a regularidade e a temática para localizar as lutas políticas e as batalhas discursivas. O objetivo do texto é compreender a luta e a função do parlamentar como ator político importante na vida partidária e a demarcação política do Partido dos Trabalhadores diante dos acontecimentos no movimento Diretas Já! e no Colégio Eleitoral.

**Palavras-chaves:** Partido dos Trabalhadores, Diretas Já!, Colégio Eleitoral.

**Abstract:** This text has aims to analyze the early years of Party legislative life of Worker's through the work of deputies in the Direct Elections Now movement and the Electoral College. The sources used are the discourses found in the National Congress Daily, Section I, published between the years of 1983, 1984 and 1985 available in the House of Representatives website. The methodological perspective, political discourse is the privileged moment for political action, among the facts and events, and as research object

---

\* Mestre em História pela UFMG.

requires regularity and thematic to locate the political struggles and discursive battles. The objective of the text is to understand the struggle and the role of Parliament as an important political actor in the party life and the political demarcation of the Worker's Party to events in Direct elections now and the Electoral College.

**Keyword:** Worker's Party, Direct Elections Now, Electoral College.

### **As expectativas partidárias: construindo o perfil do parlamentar**

Os primeiros anos de vida partidária foram importantes para o Partido dos Trabalhadores (PT) que buscava demarcar sua atuação na cena política nacional em meio às relações com os movimentos sociais, a definição ideológica diante de partidos e a postura perante as instituições, principalmente o Legislativo tentando preencher e ocupar um espaço vazio na vida partidária do país.

É necessário explicitar as fontes utilizadas no texto: os discursos dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores (PT) estão localizados no Diário do Congresso Nacional (1983-1985) e encontrados no site oficial da Câmara dos Deputados. O uso dos discursos se justifica pela importância dos registros realizados e pelo próprio ineditismo, uma vez que nas diversas leituras realizadas envolvendo pesquisa sobre o Partido dos Trabalhadores, não foi identificado nenhum autor/autora que deles tenha se utilizado como objeto de análise.

Os poucos estudiosos que se dispuseram a examinar o partido sob a ótica dos seus parlamentares, tentando preencher lacunas sobre a atuação congressual e a relação entre a estrutura partidária e o mandato parlamentar foram Ana Lúcia Aguiar Melo (1998), Paulo Roberto Figueira Leal (2005) e Sônia Ranincheski, Nathália Cordeiro (2008).

As fontes partidárias também foram importantes como referência bibliográfica e instrumento ideológico e político de unificação partidária. Porém, é necessário realizar considerações sobre seus alcances e limites:

Nem sempre explicitam, por exemplo, o contexto político e social em que foram produzidas; quase nunca colocam à mostra o rico e variado debate que os envolveu; são, em geral, ufanistas em relação às possibilidades reais do PT; por fim, o que é particularmente importante do ponto de vista da relação entre teoria e prática, raramente avaliam os contrastes e as

concordâncias das resoluções anteriores em relação à realidade existente e à prática partidária (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 18).

Neste ponto, consideramos que a atividade partidária desenvolvida nas instituições políticas foi praticada no plenário da Câmara dos Deputados, pois se trata do *locus* privilegiado de divulgação, definição e construção da concepção de política e da sociedade de cada partido político.

Na perspectiva metodológica, a análise de discurso foi o método escolhido para o exame das fontes utilizadas. A análise do discurso e do pensamento político é importante para identificar as ações e os fatos que reagem ao passado, modificam o presente, e criam o futuro. Para se trabalhar com os discursos, procura-se apresentá-los como atividade e continuidade de ação, por meio de performances, sendo um “campo de estudos constituído por atos de discurso, sejam eles orais, manuscritos ou impressos, e pelas condições ou contextos em que esses atos foram emitidos” (POCOCK, 2003, p. 64).

O discurso e o debate político como fontes da história são relevantes a partir da variedade das linguagens, dos atores e dos contextos históricos, linguísticos e políticos. Os critérios constituintes da linguagem como fonte histórica são as construções, os acontecimentos e os valores sociais reconhecidos na performance discursiva, sendo o discurso político prático e animado por necessidades do presente: “a situação prática incluirá pressões, restrições e encorajamentos aos quais o autor estava sujeito ou acreditava estar sujeito, originados nas preferências e antipatias de terceiros e nas limitações e oportunidades do contexto político, tal como ele o percebia ou vivia” (POCOCK, 2003, p. 39).

O discurso utilizado no plenário da Câmara dos Deputados deve revelar a continuidade e a mudança, reconhecer a consistência de paradigmas e uma multiplicidade de performances e de agentes que constroem a identidade e a carreira parlamentar por meio da experiência política. O discurso pode causar abalos e agitações, constituindo-se no instante privilegiado para a ação política, em meio aos fatos e aos acontecimentos, e “certamente devemos estudar as transformações no discurso na medida em que elas geram transformações na prática, mas há sempre um intervalo no tempo, suficiente para gerar heterogeneidade no efeito” (POCOCK, 2003, p. 82).

Os discursos e os pronunciamentos também podem ser concebidos como fontes que se justificam por serem conceitos polissêmicos, como afirma Durval Muniz de Albuquerque Junior (2009).

Quando falar aqui de discursos, estarei me referindo a uma peça oratória proferida em público ou escrita como se fosse para ser lida para um dado público. Estarei me referindo a uma fala ou oração feita para dada audiência, podendo ser escrita previamente ou dita de improviso, tendo ficado registrada de alguma forma, seja através da memória daqueles que a ouviram ou presenciaram, seja através de sua versão original, quando por escrito, seja através de sua reprodução, veiculação e repercussão através de distintos meios de comunicação social: o jornal, a revista, o rádio, a televisão, o cinema, a internet, a fotografia etc. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 223-224).

Nesta perspectiva, a análise do discurso se baseia no lugar social: a própria produção, a época histórica, em quais circunstâncias políticas, econômicas e sociais aconteceu, por quem, como e o quê ele diz sobre o passado, construindo assim sua historicidade por meio da análise externa e interna.

A análise externa requer o contexto, as condições históricas que permitem sua emergência, datação e localização espacial, autoria e momento histórico, circunstâncias, pretexto, situação e objetivos. Por sua vez, a análise interna exige interroga-se sobre a ordem do discurso e da formação discursiva, obedecendo regras gramaticais e estrutura da língua e modelos de gêneros narrativos. Albuquerque Júnior (2009) afirmou que a utilização dos discursos como objeto de pesquisa requer a necessidade de serem mapeados em regularidades, em séries, em saberes, em temas e em conceitos, para localizar a construção de imagens de si e dos outros, além das lutas políticas e das batalhas discursivas, e “é indispensável que estes discursos e pronunciamentos sejam cotejados com outros tipos de fontes e com discursos vindos de outros personagens do período, envolvidos com os mesmos episódios ou dentro do mesmo universo de preocupações” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 243).

Na nossa proposta teórica e metodológica, os discursos proferidos nos primeiros anos de vida legislativa do Partido dos Trabalhadores são considerados como elementos identitários dos deputados federais petistas selecionados entre os anos de 1983 e 1985, que constituem e demarcam com singularidade a atuação petista na luta institucional da década de 1980.

Nos documentos pré-PT, a tese de Santo André-Lins, a Carta de Princípios, a Declaração Política e a Plataforma Política, encontram-se as primeiras definições políticas

do Partido dos Trabalhadores na luta contra o regime militar, contra o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e pela afirmação da organização política dos trabalhadores.

Naquele momento, para o Partido dos Trabalhadores, o capitalismo era delimitado pelo lucro por meio da exploração desumana de homens, mulheres e crianças, e era propício para que houvesse a luta, a conscientização e a mobilização dos trabalhadores. A conquista do poder político aconteceu por meio da sua independência política e partidária, sem se transformar em um partido eleitoreiro, que simplesmente elegeisse representantes na Assembleia, Câmara e Senado, mas que, além disso, e principalmente, fosse “um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 48).

O partido surgiu como uma necessidade de participação política para os trabalhadores, afirmando sua autonomia perante a política do Estado e das elites, principalmente em relação ao MDB. O PT considerava o Movimento Democrático Brasileiro um partido de exclusiva atuação parlamentar, de composição heterogênea e de direção liberal e conservadora, sendo impermeável aos temas sociais e políticos de interesses dos trabalhadores. Em relação à participação e à autonomia política dos trabalhadores, a democracia formal e parlamentar que permaneceu no regime autoritário era débil e descomprometida com os problemas que afligiam o povo. Nesse sentido, o PT proclamava “que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 53).

Por meio das primeiras definições políticas e das críticas aos partidos existentes, o PT se colocava nos novos lugares da arena político-partidária, expressando como centralidade a luta e a noção de alteridade, para ressignificar as lutas populares. A crítica do partido ao MDB pela desconfiança ao pacto das elites mostrava a opção pela luta política construída na organização dos trabalhadores. A luta do MDB no legislativo em prol da democracia durante o regime militar era para a atuação institucional das forças oposicionistas. Rodrigo Motta (1997) afirmou a existência de um programa mínimo do MDB, em torno de três elementos: desenvolvimento nacional, justiça social e política externa independente, como “uma questão de sobrevivência política de ter garantias mínimas para o exercício da atividade política” (MOTTA, 1997, p. 41).

Para Motta (1997), a relação entre o MDB e a sociedade era centrada em propostas, reivindicações e denúncias relacionadas à democracia, à justiça social e ao nacionalismo. A democracia era defendida com o retorno do sufrágio direto, com a liberdade das organizações sindicais e estudantis, com o apoio aos direitos humanos (denunciando

prisões, torturas e desaparecimentos), à liberdade de expressão, à anistia e à Constituinte. A luta pela justiça social se focava na melhoria das condições de vida, a contrariedade da política salarial de arrocho e a necessidade de reforma agrária. O nacionalismo mostrava a defesa da economia nacional em relação à influência estrangeira e ao capital multinacional, a proteção oficial e o crédito para as empresas nacionais e a interferência direta do Estado em setores produtivos (MOTTA, 1997, p. 66-73). Assim, o MDB após as eleições de 1974, adquiriu a imagem de partido popular se aproximando do empresariado, dos intelectuais, dos estudantes e das esquerdas, repudiando o autoritarismo militar em um período de uma identidade difusa e pouco elaborada. A identidade política dos emedebistas era, para Motta, real e arrojada, buscando atingir um amplo espectro social: os trabalhadores, as classes médias e os pequenos e médios proprietários, urbanos e rurais, mostrando a diversidade de interesses e de demandas (MOTTA, 1997, p. 73).

Em relação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo estreito vínculo existente entre o partido e o Partido Comunista da União Soviética (PCUS), bem como entre o partido e as lutas sociais nas quais perdeu a influência política desde a década de 1960, também com a prática do caminho pacífico para a revolução, a falência das convicções comunistas pelas principais lideranças e a continuação da relação entre a democracia e o socialismo.

Nos anos de 1970, o partido lutou contra a ditadura marcada por meio da frente única oposicionista e do caminho institucional “que, primeiro, garanta o enfraquecimento do regime; depois, sustente a transição e, posteriormente, subsidia o regime democrático” (SANTANA, 2001, p. 31). O PCB buscou o estreitamento das alianças com os sindicatos conservadores, o afastamento do polo dinâmico dos movimentos grevistas, o apoio ao MDB e a contrariedade à proposta de formação de novos partidos, principalmente o surgimento do Partido dos Trabalhadores, o qual era considerada precipitada, por dividir a classe trabalhadora, “o PT é visto como um potencial obstáculo à reorganização não só do PCB, como também do PTB” (SANTANA, 2001, p. 199). Ao partido restou a tentativa de controlar a radicalização política dos sindicatos, propondo a negociação como solução e repudiando a greve geral por receio de os grevistas levarem a situação para um movimento revolucionário. A subordinação dos interesses dos trabalhadores à questão democrática e à conquista das reivindicações operárias, estavam no apoio ao pacto social. Para Santana, “cautelosos, os comunistas indicavam que defendiam os interesses dos trabalhadores, mas, como sempre haviam feito atrelavam esses interesses a planos maiores da política mais geral” (SANTANA, 2001, p. 224).

Nos anos de 1980, com a política de negociação, a busca da legalização e do apoio à Aliança Democrática e ao programa de governo do presidente empossado, José Sarney, “o partido optou assim pelo caminho mais seguro para a concretização de seus objetivos e a reconquista de um Estado de direito no Brasil” (TAFARRELLO, 2009, p.67). As propostas comunistas mostraram que no debate interno, entre o partido deixar de ser vanguarda da classe operária e o partido defender a democracia como um valor histórico e universal, existiram projetos distintos que “dividiam os militantes e em função desses projetos as leituras sobre o passado e as projeções para o futuro também eram significativamente distintos” (PANDOLFI, 1995, p. 213). Contudo, a tese democrática mostrou a opção política do partido que gerou a perda da representatividade na classe operária e no sindicalismo, e com o distanciamento da intelectualidade por causa da continuidade do centralismo democrático. Assim, “o antigo partido da insurreição e da revolução estava se afirmando, na década de 80, como partido da legalidade e da ordem” (PANDOLFI, 1995, p. 232). As políticas praticadas pelo governo da União Soviética, *Glasnost e Perestroika*,<sup>1</sup> influenciaram o PCB por meio da crítica aos modelos burocráticos e antidemocráticos, pois “a democracia como valor universal passou a ser vista como elemento fundamental na conjuntura do fim da guerra fria” (DIAS, 2002, p. 35).

A presença na arena política nacional no fim dos anos de 1970 e na década de 1980, por meio dos movimentos sociais e institucionais mostrou a existência de projetos políticos diferenciados entre os partidos que consideravam representar a sociedade e os trabalhadores brasileiros. Assim, é necessário entender o discurso do PT sobre o MDB e o PCB como uma arma no jogo da disputa entre as forças partidárias, porque o PCB sempre acreditou representar os trabalhadores e o MDB foi a oposição democrática no regime militar na luta por democracia, justiça social e nacionalismo, e restringiu o cenário político entre governo militar e oposição democrática, agregando forças anti-regime. A identidade política do PT entre os anos de 1980 e 1989 tentou romper concomitantemente com o período autoritário e com as tradições históricas, diferenciando-se do MDB, ao ressaltar os direitos dos trabalhadores como constituintes dos procedimentos democráticos fundamentais, e não os incluindo dentro dos direitos democráticos em geral. A disputa pela representação da sociedade e dos trabalhadores perpassou a década de 1980 com propostas

---

<sup>1</sup> Para Rodrigo Dias, “a *Perestroika* e a *Glasnost* foram de fundamental importância para recolocar a URSS no contexto do capitalismo, mesmo que se queira argumentar que estas não eram as intenções iniciais. Estas críticas foram decorrentes do esgotamento de um modelo e se aprofundaram com os problemas econômicos, sociais e políticos vividos na URSS desde a década de 1970”. (DIAS, 2002, p. 14-15).

gerais para a sociedade, e restritas para os trabalhadores, mostrando a existência de concepções políticas diferenciadas na arena política e nos movimentos sociais.

Com isso, os documentos pré-PT, internamente tensos em suas definições políticas, mostraram uma concepção crítica relativa às instituições políticas do regime militar, em que os parlamentares não se comprometeram com temas sociais e políticos do interesse dos trabalhadores, e por isso a primeira expectativa do partido para os futuros parlamentares foi que o estímulo e o aprofundamento da organização dos trabalhadores, nos primeiros anos tivesse êxito. Os interesses dos trabalhadores foram balizados diante das liberdades democráticas, principalmente porque o retorno à democracia não garantia a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Para o PT, era o momento para exigir os direitos dos trabalhadores, para o MDB e o PCB a luta era contra o arbítrio e o autoritarismo militar. Eram duas sinfonias que ecoavam sobre os anseios da sociedade e dos trabalhadores, demarcando o território político para consolidar a atuação partidária num período de transição.

A mobilização e a organização dos trabalhadores como força autônoma motivou o PT a ser expressão política dos explorados, com estrutura interna democrática e apoiada em decisões coletivas contra um sistema econômico e político que beneficiava uma minoria de privilegiados. O partido se dispunha a lutar contra os mecanismos ditatoriais repressores e ameaçadores das liberdades civis, dos direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade. Para o PT, a democracia era um valor permanente bem específico: o direito de livre organização dos trabalhadores, que afirmava “o verdadeiro caráter político da luta por liberdades democráticas que é, e continuará sendo, travada não apenas no Parlamento, mas sobretudo nos sindicatos, fábricas e bairros, como também no campo” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 70).

Assim, a luta partidária era para garantir a participação dos trabalhadores em um regime democrático por meio do direito de livre organização, sem as amarras opressoras do regime militar, sem o sufocamento dos sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho, e sem a violência contra as manifestações e as greves. Neste ponto, democracia era sinônimo de livre organização dos trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores definiu sua linha e seu plano de ação baseado nos interesses dos trabalhadores: liberdade de organização partidária e sindical, desmantelamento dos órgãos de repressão política e fim da legislação de exceção, combate à política de arrocho salarial, melhores condições de vida, questão agrária, independência nacional e movimentos de defesa dos direitos das mulheres, dos negros e dos índios. O



estatuto do PT definiu como prioridade a construção dos compromissos nas bases e sua defesa pelos parlamentares petistas.

Art. 72º - As decisões importantes dos Diretórios e das Bancadas deverão ser tomadas após consulta aos Núcleos de Base do Partido, nos termos dos artigos seguintes.

Art. 74º - Nessas mesmas reuniões, a que se refere o artigo anterior, o líder da Bancada correspondente, ou seu substituto, apresentará previsão dos projetos de maior significação que os parlamentares pretendem apresentar ou serão chamados a votar em um futuro próximo.

Art. 75º - Ainda nas reuniões citadas no artigo anterior, será apresentada lista das questões mais importantes que os Núcleos de Base sugerem a consideração das Bancadas e órgãos de Direção (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 89-90).

No seu 1º Encontro Nacional, realizado nos dias 8 e 9 de agosto de 1981, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o partido afirmou sua disposição na luta por eleições livres e diretas em 1982 e 1984, com a ampliação da organização da base por meio dos núcleos. Assim, “o PT lançará, em 1982, candidatos em todos os níveis, para todos os cargos legislativos e executivos, correndo em faixa própria e preservando a sua independência política” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 101). Esta faixa própria estava amparada pelas discussões nos encontros democráticos com os movimentos populares para elaboração de programas e táticas eleitorais, a indicação de candidatos e a realização de debates.

Os desafios iniciais do Partido dos Trabalhadores estavam relacionados às eleições de 1982 e à classe trabalhadora. Em relação à classe trabalhadora, o partido buscou ouvi-la para expressar, defender e consolidar politicamente os anseios do movimento popular e dos sindicatos. A atuação partidária no poder, e principalmente no Legislativo, estava entrelaçada à organização, à mobilização, ao fortalecimento e à luta do movimento popular.

No 2º Encontro Nacional, realizado entre os dias 27 e 28 de março de 1982, no Instituto *Sedes Sapientiae* em São Paulo, o PT lançou sua plataforma denominada “Trabalho, Terra e Liberdade” para a campanha eleitoral de 1982, encarada como educação política, prometendo assumir as reivindicações dos trabalhadores e as condições para a participação popular organizada e autônoma. As expectativas eram para eleição de

“parlamentares que expressem os interesses políticos dos trabalhadores. Deve conquistar bancadas parlamentares fortes, destinadas a representar a tribuna de denúncia e ser caixa de ressonância das lutas travadas fora do Parlamento” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 130). No resultado das urnas, o PT elegeu oito deputados federais.<sup>2</sup>

Preocupado em ser o representante da classe trabalhadora, o PT dedicou seus primeiros anos de atuação partidária à tentativa de ressaltar a importância política do partido para os trabalhadores. Os núcleos, os encontros democráticos com os movimentos populares, a indicação de candidatos, a realização de debates, o apoio aos dirigentes sindicais, e as reivindicações contra o desemprego e a política econômica do governo foram as lutas iniciais do partido. A expectativa para que os trabalhadores considerassem o PT um partido representante dos seus interesses motivou os parlamentares a direcionar a atuação política em relação ao movimento Diretas Já! e ao Colégio Eleitoral.

O ano de 1983 se iniciava com uma crise política e econômica afetando gravemente a vida dos trabalhadores brasileiros, com o governo pedindo consenso e trégua e continuando a aplicar a Lei de Segurança Nacional. Neste ponto, os parlamentares, especialmente da oposição, atuavam para não frustrarem o desejo e a aspiração da sociedade brasileira, construindo um compromisso coletivo com os trabalhadores em torno da sucessão presidencial. Segundo José Genoíno, a luta era a única alternativa aos trabalhadores para saírem da crise política, econômica, social e moral imposta pelo regime.

Luta coletiva e corajosa de milhões e milhões. Na recusa à secular exploração e opressão. Na busca transformadora de seu próprio destino. Os operários, camponeses, trabalhadores, querem ser governos de si mesmos. Construir uma democracia daqueles que hoje são os oprimidos, os explorados, os perseguidos, os aviltados, os empobrecidos, os emudecidos, os espancados. Uma democracia que coloque os monopólios e a terra sob controle de seus produtores. Que ponha sob controle do Estado o sistema financeiro. Que rompa radicalmente a dependência externa. Que melhore as condições de vida da população.<sup>3</sup>

A economia estava em profunda recessão. Com a chegada de Delfim Netto no Ministério do Planejamento em agosto de 1979, aumentaram as reivindicações trabalhistas,

<sup>2</sup> São eles: Airton Soares, Djalma de Souza Bom, Eduardo Matarazzo Suplicy, Elizabete Mendes de Oliveira, Irma Rosseto Passoni, José Eudes Freitas, José Genoíno Neto e Luiz Dulci.

<sup>3</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 28, 15/4/1983, p. 1784.

a taxa de inflação, o déficit em conta corrente, a dívida externa, os juros, assim como caiu o ingresso do capital estrangeiro no país. Recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) gerou ao Governo Federal descrédito na sociedade sobre os planos econômicos. A restrição da economia às metas do FMI, a desaceleração da economia e a perda de valor do salário e do emprego deterioraram a imagem dos militares, “o remédio consistia simplesmente na aplicação de sua fórmula ortodoxa: reduzir a taxa de expansão da base monetária, apertar o crédito, diminuir o déficit do setor público, fazer desvalorizações mais freqüentes, eliminar subsídios e restringir aumentos salariais” (SKIDMORE, 1988, p. 460). Em meio aos problemas econômicos construídos pelo governo João Figueiredo, aumentava a movimentação política em torno da campanha por eleição direta para presidente.

### **O movimento Diretas Já!: revisão historiográfica, atuação partidária e luta parlamentar**

A participação do Partido dos Trabalhadores na campanha das Diretas Já! foi analisada pelos seguintes autores: Margareth Keck (1991), Oswaldo Amaral (2003), Ângela Marques (2005), Daniel Aarão Reis (2007) e Boris Fausto (2009).

Keck (1991) afirmou que o PT se mobilizou para combinar democratização das instituições com reivindicações de justiça social e econômica e, “à medida que a campanha se desenrolou, o partido ficou preso ao discurso unitário da própria campanha” (KECK, 1991, p. 298). Amaral (2003) analisou a campanha das diretas como o momento para integração entre a ação institucional e a popular, em que “o PT foi um dos primeiros partidos a clamar por uma ampla mobilização em prol das eleições diretas” (AMARAL, 2003, p. 44). Marques (2005) examinou a campanha pela perspectiva de ser um movimento de massa na história do Brasil e ao partido era a oportunidade de exercer sua função, refletindo nos resultados eleitorais de 1985, pois “atuando junto à sociedade, o PT foi o primeiro partido a lançar a campanha das Diretas-já” (MARQUES, 2005, p. 101).

Reis (2007) mostrou que a campanha das diretas foi de extraordinária importância para o PT, com um caráter de massas e a participação das esquerdas, pois o partido assumiu desde o início o engajamento com decisão e entusiasmo, “foi o PT que mais se beneficiou com os dividendos políticos daí advindos, embora outros políticos e lideranças, mesmo aderindo num segundo momento, também tenham se projetado, ou consolidado sua projeção através da campanha” (REIS, 2007, p. 512-513). Fausto (2009) afirmou que o PT quis promover uma campanha por eleições diretas no ano de 1983, por meio de uma frente com a presença de partidos que tiveram expectativa similar e, “por sua parte, em junho

daquele ano, a direção nacional do PMDB decidiu lançar uma campanha no mesmo sentido que começou com um pequeno comício em Goiânia” (FAUSTO, 2009, p. 509).

As análises acima foram consideradas superficiais porque não conseguiram ultrapassar a perspectiva de que o PT participou da campanha das Diretas Já! como o primeiro partido ou um dos primeiros partidos a lançar a campanha, na afirmação de Marques (2005) ou de Amaral (2003); como a combinação entre democracia e justiça social, na análise de Keck (1991); como se beneficiando dos dividendos políticos, na análise de Reis (2007) ou promovendo a campanha conjuntamente com uma frente de partidos, para Fausto (2009).

As análises pretenderam enaltecer a presença e a participação do partido, mas não conseguiram a sustentação por meio de fontes para afirmar a função do PT na campanha das Diretas Já! A interpretação dos autores acima levou à tentação da origem do fato<sup>4</sup> a menosprezar a função parlamentar da proposta de emenda à constituição,<sup>5</sup> a ignorar a incapacidade do Partido Democrático Social (PDS) e do Governo Federal na administração da economia e da escolha do próximo presidente,<sup>6</sup> a sobrepor o Partido dos Trabalhadores aos atores políticos e sociais que contribuíram para o crescimento e o fortalecimento da campanha,<sup>7</sup> e a ressaltar o lado da mobilização e ignorar a luta parlamentar existente.<sup>8</sup>

Para o PT, no Encontro Nacional Extraordinário realizado entre os dias 12 e 13 de junho de 1985, na cidade de Diadema, a campanha das eleições diretas teve um saldo positivo à mobilização dos setores populares e dos trabalhadores por meio da autoconfiança e da capacidade de organização das manifestações, dos comícios e de lutas como “fator de politização, a campanha, ao assumir um caráter de massas, contribuiu para desagregar o PDS e para aprofundar a crise do regime” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 179).

Após mais de um ano da votação da emenda Dante de Oliveira, o PT manteve o posicionamento de apoio irrestrito à mobilização popular e à organização dos

---

<sup>4</sup> Para Dante de Oliveira e Domingos Leonelli, a história foi corrigida, pois os manuais relatam o início da campanha com o comício na Praça Charles Miller no dia 27/11/1983, contudo “a campanha pelas Diretas estava sendo lançada oficialmente, pelo PMDB, em Goiânia, no dia 15 de junho, de forma cautelosa, discreta e ainda em meio a discordâncias internas e muitas contradições” (OLIVEIRA & LEONELLI, 2004, p. 165).

<sup>5</sup> “A PEC, apresentada em 2 de março de 1983, vinha assinada por Dante de Oliveira, seu autor, e mais 176 deputados e 23 senadores” (LEONELLI & OLIVEIRA, 2004, p. 78).

<sup>6</sup> “As denúncias de irregularidades acabaram provocando forte erosão na credibilidade do governo e, sobretudo, do ministro Delfim Netto” (RODRIGUES, 2003, p. 26).

<sup>7</sup> Afinal, as meticulosas preparações para as manifestações em diferentes cidades envolveram “diferentes personagens, muitos dos quais ferrenhos adversários, entre partidos políticos, entidades, sindicatos e centrais sindicais, associações e igrejas as mais diversas” (RODRIGUES, 2003, p. 44).

<sup>8</sup> Para a crítica da mobilização social como única forma de pressão aos parlamentares para votarem a favor da emenda Dante de Oliveira, ver LEONELLI, Domingos, OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

trabalhadores como forma de desestruturar o regime militar e desagregar o partido do governo. Contudo, o Partido dos Trabalhadores silenciou sobre a participação de atores políticos e sociais com projetos ideológicos diferentes das propostas do PT em uma política de alianças contra o regime militar, uma opção viável na atuação parlamentar nas circunstâncias existentes desde o início do ano parlamentar de 1983 e se sobrepunha com um caráter de massas. Os deputados federais do PT realizaram dez (10) discursos no plenário da Câmara entre os dias 5/4/1983 e 27/4/1984, o que era um indício de que o partido se estruturou como atuação central no movimento e nas mobilizações, e subordinou a função parlamentar como elemento necessário da campanha.

Neste ponto, analisaremos a luta institucional das Diretas Já! empreendida na Câmara dos Deputados pelos deputados federais petistas Eduardo Suplicy e José Genoíno por meio das condições e dos contextos em que os discursos foram proferidos e considerando os discursos como constituintes dos próprios parlamentares petistas.

Para Eduardo Suplicy, houve a necessidade do posicionamento do Congresso Nacional em relação à emenda de eleição direta para os prefeitos das capitais e das áreas de segurança nacional.<sup>9</sup> Os diretórios dos partidos políticos em São Paulo se colocavam favoráveis às eleições para prefeito no ano de 1983 porque não existiu argumento para adiá-la. Para o deputado federal, “se não forem eleitos pelo povo, como recomenda o próprio programa do PMDB, não merecerão a confiança popular nem terão a legitimidade que só o povo lhes poderá conferir através das urnas”.<sup>10</sup>

Como proposta para o momento presente, José Genoíno mostrava a necessidade de traduzir e reafirmar um compromisso, uma tarefa coletiva da classe operária e dos trabalhadores em meio ao fim do regime, a sucessão presidencial e o parlamento que “é mantido sob garrote, através dos decretos-leis, decursos de prazo, inexistência de plenas imunidades”.<sup>11</sup> Para o deputado federal, a proposta de conciliação do regime militar para a resolução dos problemas populares significava o pacto entre as elites para a exclusão da sociedade brasileira, ou seja, teve o objetivo de mudar para deixar como estava. Por isso, os trabalhadores não se conformavam entre escolher um mal menor por meio da continuidade do regime ou das reformas para o controle da abertura porque era necessário o preenchimento das necessidades históricas dos trabalhadores, “é preciso, com urgência,

---

<sup>9</sup> Importante reafirmar que a emenda Dante de Oliveira já havia sido apresentada no Congresso Nacional. Ver nota 5.

<sup>10</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 20, 5/4/1983, p. 1152.

<sup>11</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 28, 15/4/1983, p. 1783.

construir uma alternativa que tenha como seus nervos e vértebras esses interesses plebeus, excluídos, desde sempre, dos cambalachos palacianos”.<sup>12</sup>

A motivação, a mobilização e a organização dos trabalhadores eram os pontos de partida para a luta pelas eleições diretas para presidente da República. A alternativa dos trabalhadores teve como condição fundamental sair da confusa espontaneidade do movimento, sair do protesto sem direção, sair do imobilismo da questão política. Para Genoíno, o momento exigiu “a classe operária à frente dos explorados. Socializando suas experiências de luta, dando consistência política às mobilizações, esclarecendo as reivindicações, propondo os métodos de organização coletiva”.<sup>13</sup>

A proposta de prorrogação do mandato presidencial por dois anos para ao fim haver a realização da eleição presidencial era inadmissível para os parlamentares petistas. Eduardo Suplicy afirmava que a proposta era inadequada porque representava corroborar com a eleição indireta por um colégio eleitoral diferente dos anseios da imensa maioria da vontade popular. Para o deputado federal, a única saída efetivamente democrática era “o processo de eleições diretas para a escolha do Chefe da Nação já em 1985”.<sup>14</sup>

Entre os meses de abril e maio do ano de 1983, Eduardo Suplicy e José Genoíno defenderam no plenário da Câmara dos Deputados a proposta petista para as Diretas Já! a contrariedade à prorrogação do mandato presidencial, as eleições diretas para prefeito como legitimidade para os escolhidos pela sociedade, o compromisso e direção do movimento pela classe operária e os trabalhadores e a efetivação da democracia por meio das eleições diretas. Fato importante a delimitar é a perspectiva da democracia na prática das eleições diretas no discurso de Eduardo Suplicy. Porém, não se restringiu a democracia apenas às eleições diretas, porque estas davam legitimidade, mas também à campanha era mais qualificada com a direção da classe operária para suprir as necessidades históricas dos trabalhadores. Aqui os trabalhadores entram em cena nos discursos sobre as Diretas Já! pelos parlamentares petistas.

Eduardo Suplicy afirmava que a livre iniciativa defendida pelos parlamentares governistas na Câmara dos Deputados não constituiu na liberdade do ser humano. O sistema financeiro traria distorções relativas aos trabalhadores públicos que não tiveram ajustados os salários de acordo com a inflação e o crescimento do patrimônio líquido dos

---

<sup>12</sup> Discurso do deputado federal José Genoíno. Diário do Congresso Nacional. Ano XXXVIII, nº. 28, 15/4/1983, p. 1784.

<sup>13</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 28, 15/4/1983, p. 1785.

<sup>14</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 44, 11/5/1983, p. 3082.

quarenta (40) maiores bancos nacionais em 20,7% era desproporcional à situação da classe trabalhadora. Assim, o deputado federal mostrava que a prioridade do governo João Figueiredo para a solução da crise econômica deveria envolver também os trabalhadores e “ser estudada concomitantemente, em profundidade, com a proposta de democratização da sociedade, do Estado e do Governo brasileiro. Tudo isto deve ocorrer simultaneamente”.<sup>15</sup>

Conforme Eduardo Suplicy, os presidenciáveis do PDS não tiveram apoio das pesquisas de opinião segundo os periódicos Folha de São Paulo e Jornal do Brasil, que mostravam o apoio de 80% da sociedade brasileira para a eleição direta. Na comissão mista que analisava a proposta de eleições diretas, o PDS retirou todos os parlamentares no momento da fala do presidente nacional do PT, Luís Inácio da Silva, o Lula. Neste momento, com a ausência dos parlamentares do PDS, os do PT e PMDB se reuniram para a definição dos objetivos e da ação política e partidária.

Na meia hora, reuniram-se os Presidentes do Partido dos Trabalhadores e do PMDB, Luís Ignácio da Silva, o Lula, e Ulysses Guimarães, na sala da Liderança do PT, para conversar sobre como desencadear uma campanha nacional pelas eleições diretas, única maneira de dar a este País um Governo cuja legitimidade seja reconhecida pela opinião pública.<sup>16</sup>

Eduardo Suplicy afirmava que a plena democracia era conseguida a partir do momento da conquista das eleições diretas para a presidência, as prefeituras e as áreas de segurança nacional. A ambição pessoal dos presidenciáveis do PDS mostrava a ridícula posição que sustentavam não admitindo mudanças nas regras eleitorais impostas pelo regime autoritário. Para o deputado federal, os candidatos orientavam os seus aliados no Parlamento Nacional para votarem contrariamente à proposta de eleição direta, defendida em todos os níveis pelo Partido dos Trabalhadores, que “muito embora seja hoje um partido ainda pequeno em termos de sua representação no Parlamento, é a favor de que estas eleições sejam feitas em dois escrutínios”.<sup>17</sup>

Nos discursos dos meses de maio e de novembro do ano de 1983, Eduardo Suplicy ampliou a proposta democrática defendida pelo Partido dos Trabalhadores, por meio do

<sup>15</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 44, 11/5/1983, p. 3113.

<sup>16</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 56, 27/5/1983, p. 4137.

<sup>17</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 144, 2/11/1983, p. 11935.

debate concomitante da estatização do setor financeiro para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, da importância da definição entre PT e PMDB para a ação partidária na campanha e, principalmente, da capacidade do PT para influenciar a política com propostas singulares no cenário político. As condições de vida dos trabalhadores, a definição partidária e o tamanho do peso político do Partido dos Trabalhadores mostraram que as prioridades defendidas pelos deputados federais no Parlamento brasileiro se definiram pelos trabalhadores e suas necessidades históricas. Estas se realizavam por meio da legitimidade das eleições diretas e da contrariedade à opção indireta da luta partidária e da luta econômica com a condução da classe operária.

A campanha das Diretas Já!, com os comícios e a participação popular, mostrou aos militares a necessidade de ação para não perderem o controle político do país. O cerco intimidatório demonstrou a ação dos militares na continuidade no poder com o apoio do Congresso Nacional, com as medidas de emergência implantadas em Brasília e nas cidades de Goiás próximas ao Distrito Federal e com a censura para a imprensa e para a sociedade, que não foi e nem transmitiu ao vivo da Câmara dos Deputados no dia da votação da emenda pelas eleições diretas para presidente da República. Segundo Eduardo Suplicy, as medidas dos militares protegeram “a face envergonhada daqueles representantes do povo que porventura vierem a dizer ‘não’ à grande aspiração popular de eleger diretamente o Chefe da Nação”.<sup>18</sup>

José Genoíno afirmou que as manifestações populares tiveram um caráter anti-regime, o que gerou uma crise de perspectivas para os militares e para os parlamentares que sofreram um julgamento severo da sociedade caso não votassem favoravelmente na emenda Dante de Oliveira. Para o deputado federal era importante discordar da opinião do governador mineiro – Tancredo Neves – relativa a proposta de entendimento e de conciliação nacional porque a necessidade da continuação das grandes mobilizações e dos comitês suprapartidários em um nível profundo de mudanças para a sociedade era fundamental. A situação no país era entre a perspectiva dos trabalhadores e a proposta do regime militar.

A situação do País, sim, deve ser enfocada entre a briga dos trabalhadores, enfim, do povo brasileiro, que quer mudar, e o regime que está em

---

<sup>18</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 32, 24/4/1984, p. 2293.



falência e quer prorrogar por mais algum tempo os dias de sufoco, de repressão e de miséria que impõe ao povo brasileiro.<sup>19</sup>

Eduardo Suplicy afirmava que no dia 25 de abril a opção era pelo sim porque chegou o momento para a reflexão dos brasileiros da perversidade da proposta econômica e social imposta pelo regime militar. Para o deputado federal, as escolhas econômicas dos militares não incluíram “as necessidades de progresso e bem-estar da maioria dos brasileiros”.<sup>20</sup> O deputado federal mostrou que a postura e a vontade de mudar eram importantes para as soluções como “a verdade e o bom senso hoje chamam-se: Diretas Já e sempre!”.<sup>21</sup>

José Genoíno defendeu a proposta política de que o resultado da votação da emenda Dante de Oliveira possibilitava novos caminhos para o alcance dos interesses dos trabalhadores pondo fim ao regime e sua política econômica. Para o parlamentar, era impossível a proposta de “negociação e conciliação que busquem preservar o regime, que busquem preservar os seus interesses econômicos, que busquem prorrogá-lo, para administrar uma crise que vem arrebatando com os trabalhadores”.<sup>22</sup> O deputado afirmava que a sociedade que esteve nas praças acompanhando a votação com confiança pela vitória precisava ser homenageada para “que eles não se sintam derrotados, pois devemos continuar a luta, porque os nossos objetivos são maiores e não podem ficar interrompidos diante de um percalço como o que aconteceu ontem na Câmara dos Deputados”.<sup>23</sup>

Nos discursos de abril de 1984, os parlamentares petistas mostraram que os anseios dos trabalhadores eram diferentes das propostas defendidas pelos militares, que praticaram medidas vergonhosas para impedir o acesso ao Congresso Nacional no dia da votação da emenda Dante de Oliveira pela sociedade brasileira e por ter implantado políticas econômicas e sociais perversas à classe operária. A definição das Diretas Já! como verdade, e da continuidade da luta e dos objetivos dos trabalhadores por caminhos diferentes da negociação e da conciliação encontrados no Congresso Nacional era a proposta política construída pelo Partido dos Trabalhadores para a permanência na luta

<sup>19</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 33, 25/4/1984, p. 2372.

<sup>20</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 33, 25/4/1984, p. 2392.

<sup>21</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 33, 25/4/1984, p. 2392.

<sup>22</sup> Diários do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 34, 27/4/1984, p. 2509.

<sup>23</sup> Diários do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 34, 27/4/1984, p. 2509.

após o resultado da votação, que negou a possibilidade da sociedade brasileira eleger o presidente da República.

### O Colégio Eleitoral e os dois lados da moeda autoritária: Tancredo e Maluf

No 3º Encontro Nacional realizado entre os dias 6 e 8 de abril de 1984 na cidade de São Bernardo do Campo, o partido alertou para a necessidade de uma rápida resposta diante da situação política do país com as eleições livres e diretas, e na luta contra o Colégio Eleitoral. As propostas sugeridas pelo PT para atuação política e parlamentar não conseguiram ser traduzidas em objetivos concretos, dificultando sua consolidação em âmbito nacional. Era necessário, na perspectiva partidária, diante da limitação do Legislativo, estabelecer critérios norteadores na sua atuação e “lutar continuamente para que o Parlamento recupere suas prerrogativas políticas e sua independência diante do Executivo” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 146).

Para o partido, o parlamentar petista não tinha privilégios, não era discriminado pelos militantes e atuava concretamente nos movimentos populares e sindicais e nas lutas dos trabalhadores. A atuação parlamentar estava subordinada às diretrizes gerais do PT, pois “as iniciativas e propostas políticas mais importantes dos parlamentares são de responsabilidade do partido, devendo ser discutidas, anteriormente, por seus órgãos de direção” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 165). Os parlamentares cumpriram três funções básicas no Legislativo brasileiro: “a sua intervenção política, no Parlamento, em favor dos trabalhadores; a sua atuação permanente em benefício dos movimentos populares dos quais ele é representante; e suas tarefas imprescindíveis na construção e no fortalecimento do PT” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 147).

Neste ponto, nas teses políticas defendidas pelo partido estavam: a questão internacional, a defesa dos interesses dos povos que lutam por sua libertação, a luta contra a política econômica e pelo fim do regime militar, a necessidade de reforma agrária no campo, a conquista de governos, a greve geral, o isolamento dos setores reacionários e conciliadores, e a luta pelas eleições livres e diretas em todos os níveis “por entendermos que só ao povo cabe escolher aqueles que devem governá-lo” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 151). Por isso, a derrubada do regime militar e a frustração nas tentativas de conciliação, mostraram um PT favorável ao boicote do Colégio Eleitoral, considerado como espúrio e ilegítimo.

Assim, a atuação parlamentar foi valorizada pelo Partido dos Trabalhadores com a intenção de demarcar os limites da sua funcionalidade: consolidar o partido nacionalmente, ter autonomia parlamentar para a conquista dos trabalhadores, dos movimentos populares e do fortalecimento do PT, e travar luta contra os reacionários e os conservadores, que legitimaram o Colégio Eleitoral. Definir o Parlamento como espaço de luta política para expressar e oferecer sentido aos anseios sociais era importante para que partido delimitasse sua atuação institucional a favor dos trabalhadores e repudiasse as decisões políticas dos gabinetes e das salas do poder.

Neste momento político, fim do ano de 1983, onde se exigia as eleições diretas, o presidente João Figueiredo em declaração controversa, revelou clara e inequivocamente que “só existe uma oposição organizada à tese das eleições diretas para Presidente da República, à materialização desse sonho nacional. E essa oposição – quem diria – parte justamente do PDS”.<sup>24</sup> Carlos Castello Branco, repórter político desde 1949 e colunista político entre os anos de 1963 e 1993 afirmava que os candidatos pedessistas à presidente da República eram os maiores opositores à emenda de eleição direta e que “a coordenação do Presidente terminou e ele já não tem nomes a indicar. A convenção virou um salve-se quem puder. E os vetos à eleição direta decorrem de simples jogo de conveniências pessoais”.<sup>25</sup> Para o jornalista, os interesses pessoais do presidente da República, dos candidatos e dos parlamentares do PDS se sobressaíram e apoiar uma candidatura para as eleições diretas, caso houvesse consenso em torno de um candidato, seria um erro. Para Eduardo Suplicy, a parte do PDS que insistiu na eleição do Presidente pelo Colégio Eleitoral não percebeu “que o povo está consciente de que este organismo eleitoral não representa a vontade popular. Trata-se de um Colégio Eleitoral cuja legitimidade é contestada pelo povo”.<sup>26</sup>

As concepções sobre o Colégio Eleitoral começaram a ficar visíveis no ano de 1983: uma, em torno das decisões entre o presidente da República, João Figueiredo e o PDS procurando legitimá-lo, e outra, procurando descaracterizá-lo como instituição criada pelos militares, que não conseguiram representar a vontade popular.

Em termos práticos, o Colégio Eleitoral pode ser entendido como um arbítrio militar criado na Constituição de 1967, que aumentava a desigualdade e a discriminação entre as populações dos estados e se tornava a instituição pela qual o presidente era

<sup>24</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 154, 18/11/1983, p. 12867. Para Gláucio Ary Dillon Soares, “as eleições indiretas estão contribuindo para um rápido desgaste eleitoral do PDS que significaria que o ‘presidente biônico’, escolhido indiretamente, teria que governar em minoria no Congresso” (SOARES, 1984, p. 59).

<sup>25</sup> A caminho da eleição direta. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18/11/1983.

<sup>26</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 156, 22/11/1983, p. 13034.

escolhido por membros do Congresso Nacional e por três delegados, a cada quinhentos mil habitantes de cada uma das assembleias estaduais. Em 1977, o presidente Ernesto Geisel, no pacote de abril,<sup>27</sup> ampliava para um milhão de eleitores sendo representados por três delegados no Colégio Eleitoral, (Emenda Constitucional nº. 8 de 14 de abril de 1977). A escassez de representatividade se concretizou em 29 de junho de 1982, com a emenda nº. 22 implantando as regras para as próximas eleições para presidente, em que o Colégio Eleitoral passava a ser formado “pelos membros do Congresso Nacional (deputados federais e senadores) e por seis representantes escolhidos pelo partido majoritário em cada assembleia estadual” (SOARES, 1984, p. 102).

Na opinião do jornalista Carlos Castello Branco, os atos do governo em abril de 1977 representaram um desprestígio do Parlamento e o rebaixamento da representação dos estados no Senado. A legislação eleitoral era casuística e com um conjunto indefensável de organização do sistema político que aspirasse à consolidação de um caminho para a democracia, que não interessava aos políticos da Aliança Nacional Libertadora (ARENA) e do MDB e “o Presidente Geisel, porém, parece pouco flexível e dificilmente alterará as decisões que tomou no seu gabinete, sob sua própria responsabilidade, enquanto, fechando-se, deixou o Congresso na mais ansiosa das expectativas”.<sup>28</sup>

As reformas elaboradas e colocadas em prática pelo Governo Federal tiveram a intenção de assegurar a continuidade da ARENA como partido governista no poder, no governo dos estados e no Congresso Nacional, por meio de processos políticos escusos. Para a manutenção do partido do governo no poder eram necessárias as reformas na legislação eleitoral, em uma combinação entre força e eleição, deslegitimando os políticos eleitos e menosprezando as instituições políticas como meros instrumentos existentes para satisfazer as vontades e os interesses do regime militar.

O resultado da votação da emenda Dante de Oliveira trouxe novos caminhos para alcançar os interesses dos trabalhadores, pondo fim ao regime e sua política econômica. Coube à sociedade brasileira o julgamento do comportamento do PDS que votou contra, que se ausentou, que se absteve, e que colocou a instituição do Congresso Nacional como decorativa. A negativa dos deputados federais à emenda Dante de Oliveira representou a intenção dos militares de continuar controlando a transição para a democracia, sem traumas, por meio da eleição do presidente da República pelo Congresso Nacional. Para os

---

<sup>27</sup> Para Thomas Skidmore, o “pacote de abril” foi uma resposta aos resultados das eleições parlamentares de 1974, impedindo o MDB de fortalecer-se significativamente pelo voto (SKIDMORE, 1988, p. 373).

<sup>28</sup> Os problemas da abrilada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23/4/1977.

militares, a votação no Parlamento e a instituição das eleições diretas não foram suficientes para colocar um fim na ditadura militar.

A realização da escolha do presidente por meio do Colégio Eleitoral foi frustrante para a sociedade brasileira. Principalmente com a crise agravada no PDS, com a viabilidade da candidatura de Paulo Maluf e seu comportamento na vida política nacional, acusado de incompetente, corrupto e representante do continuísmo dos interesses dos militares. Conforme Eduardo Suplicy, “aceitar essa proposição seria uma traição ao povo que, por toda parte, continua exigindo a aprovação das eleições diretas para a escolha do sucessor do Presidente Figueiredo”.<sup>29</sup>

Contudo, este não era o pensamento dos políticos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Governo Federal, que estavam dispostos à negociação e ao consenso com um candidato presidenciável no Colégio Eleitoral, principalmente porque, “a intransigência desta vez não está no PMDB e nos partidos oposicionistas, com exclusão do PT. A intransigência é do PDS e poderá ser agravada por seus candidatos à Presidência”.<sup>30</sup>

Conforme José Genoíno o espaço para a conquista das eleições diretas, por meio da ação política, da retomada da mobilização popular e da preparação das jornadas de luta com greves, protestos e comícios ainda continuava vigente. O deputado federal acreditava na articulação e na consolidação no interior dos comitês suprapartidários, e na unidade das forças para a viabilidade da pressão dos movimentos populares sobre o Congresso Nacional “e essa saída das ruas deve ser combinada com uma atitude firme no plano institucional, em defesa das eleições diretas já”.<sup>31</sup> O parlamentar ressaltava a necessidade de continuidade da mobilização nas ruas para pressionar o Governo Federal e os deputados federais e senadores a revisarem suas atitudes, e que levava uma nova possibilidade para ser votada a emenda favorável às eleições diretas para o cargo de presidente da República.<sup>32</sup>

Para setores do PMDB, a permanência da campanha popular em favor da eleição direta após a votação da emenda Dante de Oliveira era uma abstração e um jogo político, pois “o povo não se reuniria mais na praça pública, país afora, sem motivação concreta e a opinião da imensa maioria já se produziu com pleno conhecimento dos órgãos deliberativos”.<sup>33</sup> Enfim, o PMDB que apoiou a campanha das Diretas Já! se rendeu aos

<sup>29</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 36, 1/5/1984, p. 2665.

<sup>30</sup> Onde se resiste ao entendimento. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/5/1984.

<sup>31</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 64, 13/6/1984, p. 5608.

<sup>32</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 64, 13/6/1984, p. 5608.

<sup>33</sup> Entre Ulysses e Tancredo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16/6/1984.

desfechos da negociação política e começava a criticar o PT por manter a proposta das eleições diretas, vista como abstração, intolerância e intransigência partidária. Para o Partido dos Trabalhadores, a continuidade da mobilização pelas eleições diretas significou a reafirmação das necessidades da participação dos trabalhadores na escolha do próximo presidente.

A candidatura de Tancredo Neves naquele momento como componente da oposição se fortaleceu com o apoio unânime dos governadores do PMDB, o qual divulgou um manifesto em reunião do dia 20 de junho de 1984 e na formação da Aliança Democrática, com os partidários do PMDB, do Partido da Frente Liberal (PFL)<sup>34</sup> e os dissidentes do PDS. Vale ressaltar que a dissidência do PDS “se concretizou com a recusa do presidente Figueiredo em realizar as prévias para os candidatos do PDS que fossem disputar a candidatura no Colégio Eleitoral, e com a renúncia do presidente do PDS, José Sarney, do cargo” (DIMENSTEIN, 1985, p. 45). Para Carlos Castello Branco, “a própria escolha do Governador Tancredo Neves como candidato indica o propósito de se encontrar algum consenso e algum ponto de conciliação que, através de mudanças, assegure um clima de paz para o êxito do gigantesco esforço para solucionar problemas acumulados”.<sup>35</sup> Tancredo Neves representou a tentativa do Executivo e do Legislativo em encontrarem ‘a única saída política para o País’, o ‘salvador da pátria’ que fosse eleito pelo Colégio Eleitoral, capacitado para resolver os problemas nacionais com responsabilidade, compromisso e unidade política.

Segundo José Genoíno, o Governo Federal e a Aliança Democrática nos seus gabinetes de conciliação pretenderam esquecer a palavra de ordem emitida e repetida apaixonadamente nos comícios e nas praças por milhares de pessoas: Diretas Já!, e abafar as propostas de novas manifestações. Para o parlamentar, a principal proposta para combater o Colégio Eleitoral era não regulamentá-lo, pois com a maioria simples de deputados e 240 votos eram suficientes para colocar novamente as eleições diretas em pauta. A participação no Colégio Eleitoral e a sua não regulamentação estavam “no mesmo plano e o mesmo nível. Podem ser assumidas pelo mesmo órgão: a Câmara. Depende das vontades políticas dos mesmos indivíduos: os Deputados”.<sup>36</sup>

Os compromissos da Aliança Democrática integraram decididamente na candidatura e na campanha de Tancredo Neves à Presidência, mobilizando a sociedade em duas etapas: de 10 de agosto de 1984 até 15 de janeiro de 1985 e daí até novembro de 1986.

<sup>34</sup> Para a formação, o programa e compromisso do PFL com o pensamento liberal, ver FERREIRA, Denise Paiva. *PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)*. Goiânia: Alternativa, 2002.

<sup>35</sup> Estratégia com sinal trocado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/7/1984.

<sup>36</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 81, 9/8/1984, p. 7405.

Para Domingos Leonelli (PMDB), a participação da sociedade era importante para legitimar o governo de transição eleito por via indireta, assegurar os compromissos assumidos com o povo, aprofundar a discussão da nova Constituição, fiscalizar o cumprimento dos compromissos populares do governo de transição e consolidar a construção de um processo constituinte com efetiva participação popular. Para o parlamentar, “para que a nova Constituição não represente mais um pacto das elites é preciso que asseguremos a participação popular e democrática na campanha e no Governo Tancredo Neves. As forças que reunirmos já serão a base de nossa participação futura”.<sup>37</sup>

Partimos da premissa que o representante da Aliança Democrática quis definir como seria a atuação da sociedade esperada pelo governo formado pelo PMDB e pelo PFL: a expectativa para que a sociedade se consolidasse e fiscalizasse o próximo governo, sem críticas, sem mobilização social e sem reivindicação aos direitos civis, políticos e econômicos ignorados pelo regime militar. A sociedade manteria uma postura similar ao período ditatorial, legitimando um presidente e um governo, em quem nem sequer tiveram a oportunidade de escolha e de voto.

O Senado e a Câmara tiveram posições distintas sobre o Colégio Eleitoral. Segundo Eduardo Suplicy, a Câmara, por meio do seu presidente, esperava colocar em regime de urgência o projeto de lei regulamentando o Colégio Eleitoral, mesmo sem a anuência das lideranças do PT, do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e de considerável parcela do PMDB. No Senado, o presidente informava a não marcação da data para colocar a emenda em pauta, porque não havia a unanimidade das lideranças. Para o parlamentar era necessário haver unidade de ação da Câmara e do Senado.

Não podemos aceitar esta incongruência de critérios entre as duas Mesas da Casa. Se a Mesa da Câmara pode colocar na ordem do dia projeto de lei sem a anuência de diversas lideranças, então a Mesa do Senado e da sessão do Congresso Nacional deveria também obedecer à vontade da maioria dos parlamentares, praticamente de dois terços no Senado e na Câmara, correspondente hoje à vontade esmagadora do povo brasileiro que quer ver os seus representantes votarem o estabelecimento das eleições diretas para a sucessão do Presidente João Figueiredo.<sup>38</sup>

<sup>37</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 82, 10/8/1984, p. 7553.

<sup>38</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 91, 23/8/1984, p. 8306-8307.

Os deputados petistas mostraram a credibilidade dada pelo partido ao Legislativo federal como espaço de luta política, e compreenderam que os parlamentares da Aliança Democrática, no Senado e na Câmara, já não usaram a instituição para a mobilização popular e a luta por eleições diretas. O ambiente político no Congresso Nacional em meados do ano de 1984 não estava para as lutas, mas sim para a negociação. A negociação não era a proposta do PT e a crença do partido no Congresso Nacional aconteceu em um momento político em que os próprios parlamentares se submeteram às decisões das lideranças e às decisões em torno de um nome de consenso nacional, Tancredo Neves. Assim, o PT mostrou a opção para a transição política com a condução, a participação e a decisão dos trabalhadores.

As candidaturas ao Colégio Eleitoral, de Paulo Maluf e Tancredo-Sarney, não eram consideradas alternativas para o fim do regime militar. José Genoíno afirmava que o importante era excluir a polarização imposta pelo Congresso Nacional e “escolher o muito melhor - e esse muito melhor é a mobilização do povo brasileiro, é a sua organização e a sua unidade em torno de uma plataforma política que represente o fim do regime militar”.<sup>39</sup>

Para Carlos Castelo Branco, a concepção governista sobre os candidatos no Colégio Eleitoral mostrava que a candidatura Maluf gerava instabilidade e crise, por causa dos seus métodos e da falta de apoio popular, “ele ofereceu flores, medalhas, carinho e assistência médica e pessoal a um aglomerado de políticos que o tipo de poder existente no país deixava entregues à sua própria solidão e à generalizada falta de recursos”.<sup>40</sup> A candidatura Tancredo era heterogênea, abrangente, precária, flexível ideologicamente e mostrava a diversidade de compromissos e metas para a manutenção do Estado, sendo que “o espectro das forças tancredistas vai da simpatia do General Ernesto Geisel ao apoio do Sr. João Amazonas, egresso da guerrilha de Xambioá”.<sup>41</sup> Pelo lado governista, o receio em relação a Tancredo era por ter apoio da esquerda, e pelo fato de alguns militares temerem revanchismo e a penalização dos crimes cometidos no período, caso a esquerda chegasse ao poder.<sup>42</sup>

Para José Genoíno, a polarização da transição visava manter o povo em posição política passiva e de expectativa, e a faceta do povo mostrava o descontentamento, a miséria, a revolta e as lutas dos trabalhadores. Por isso, essa era a posição, muito clara:

<sup>39</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 102, 7/9/1984, p. 9395.

<sup>40</sup> Os fatores da instabilidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9/9/1984.

<sup>41</sup> Os fatores da instabilidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9/9/1984.

<sup>42</sup> Para Dimenstein, Tancredo Neves escreveu uma carta direcionada para Aureliano Chaves em tom conciliatório, pregando a união e acima das divergências passadas pela reconstrução do país que “insinuava garantias de que, em seu Governo, não haveria revanchismos” (DIMENSTEIN, 1985, p. 86).



“nem Maluf é esperança, nem Tancredo é mudança. Queremos o fim deste Regime, com base numa plataforma de luta”.<sup>43</sup> A situação das candidaturas para o Colégio Eleitoral era crítica para o PT, porque os dois candidatos representavam a continuidade do regime. O PT defendeu a luta pelo fim da ditadura militar e sua legislação casuística e autoritária, que não incluía leis favoráveis aos trabalhadores.

Conforme José Genoíno, participar do Colégio Eleitoral era concordar com as elites e sua fachada popular, era concordar com a consolidação do regime militar em crise, com o jogo de cartas marcadas. A recusa do PT estava na recusa de parcelas da população que representava, principalmente porque o partido quis capitalizar todo o descontentamento, transformando-se em alternativa operária e popular. Essas características motivaram os parlamentares ao boicote do Colégio Eleitoral e que “tem implicações, repercussões que se estenderão pelos próximos anos e que determinarão o grau de respeito político de que uma determinada posição ou partido desfrutará”.<sup>44</sup>

Neste ponto, entenderam que Tancredo não era a única alternativa. O PT era uma alternativa para as vontades e os interesses dos trabalhadores, debatendo seus problemas cruciais, reivindicando sua independência de classe e realizando reuniões abertas, com o tema, por exemplo, do não comparecimento ao Colégio Eleitoral. Para o partido, o Congresso Nacional, instituição que encaminhava a sucessão presidencial, mostrava evidências de distanciamento da vontade de mudança da maioria do povo brasileiro. Para a cientista política Rachel Meneguello, Tancredo Neves era uma indicação consensual e aceita pelos setores políticos para a transição ao governo civil, “com a exceção do Partido dos Trabalhadores, formou-se no Congresso um consenso entre os partidos de oposição em torno do projeto de democratização encabeçado pelo PMDB” (MENEGUELLO, 1998, p. 81). Ao apoio dos políticos incluíram os setores militares com as garantias do poder civil: “que não haveria revanchismo no seu Governo, considerar muito remotas as possibilidades da legalização das organizações clandestinas, e prometer que os Ministros militares seriam todos ouvidos no momento da escolha de seus sucessores” (DIMENSTEIN, 1985, p. 181).

O colunista Carlos Castello Branco afirmava a ocorrência, por parte dos militares, da perda de controle da maioria parlamentar e dos governadores, por não evitarem as duas candidaturas do PDS na convenção partidária ocorrida no dia 11 de agosto de 1984<sup>45</sup> e por se submeterem à escolha realizada pelo partido. O candidato escolhido pelo PDS foi Paulo Maluf e mostrou os objetivos das forças armadas: preservar o poder, pois “o Deputado

<sup>43</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 114, 26/9/1984, p. 10780.

<sup>44</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 131, 23/10/1984, p. 12691.

<sup>45</sup> Os dois candidatos foram: Paulo Maluf e Mário Andreazza, e “a apuração dos votos terminara e Maluf ganhara a indicação do PDS com uma folga de 143 votos” (DIMENSTEIN, 1985, p. 127).

Paulo Maluf não é o candidato popular, não é o candidato da maioria da representação política. Mas é o candidato do regime. E o regime sabe impor suas decisões, preservando-se o uso do poder”.<sup>46</sup>

O PT continuou se colocando como força política dissonante da conciliação e do consenso nacional, ressaltando a falta de compromisso dos candidatos ao Colégio Eleitoral com os trabalhadores e a impossibilidade de escolha, por via direta, por causa dos militares e dos políticos, ansiosos por uma transição sem traumas. Enquanto isso, o consenso político se consolidou em torno do candidato Tancredo Neves, com um projeto de democracia envolvida e subjugada pelos civis e pelos militares e a tentativa das forças armadas de permanecer no poder sob o candidato Paulo Maluf. As concepções políticas estavam no cenário: o PT se colocou como negação ao governo escolhido no Colégio Eleitoral, Tancredo ou Sarney, por representarem o regime militar; Tancredo, sob os olhares da Aliança Democrática e dos militares, costurou um governo de conciliação e consenso nacional, sem revanchismo, sem crítica e sem esquerdas, e Maluf esteve sob a tutela dos militares, reafirmando a decadência das forças armadas no poder.

A eleição no Colégio Eleitoral teve como resultado 180 votos para Paulo Maluf e 480 votos para Tancredo Neves. Os malufistas ficaram indignados com a falta de apoio e de atitude da cúpula militar, ao se omitirem e não exigirem a fidelidade partidária para os participantes do PDS, que tiveram ressentimento pelo candidato e pela sua péssima imagem pública.

Merecidamente ou não, ele foi identificado com o regime próximo do fim e com todas as suas mazelas. Maluf deu motivos de sobra para isso: foi contra as “Diretas Já!” quando 90% dos brasileiros eram a favor; recusou-se a criticar o Governo mais impopular das últimas duas décadas – só o fez quando a eleição estava perdida; deixou prosperar o perfil de um político vaidoso, autosuficiente, autoritário, que não media consequências para alcançar seus objetivos; e cercou-se de parlamentares considerados os mais conservadores do Congresso (DIMENSTEIN, 1985, p. 135).

Eleito, Tancredo Neves estava cercado pelos compromissos programáticos da Aliança Democrática: combater a inflação, renegociar a dívida externa, gerar empregos, revalorizar o país com o mercado interno e o bem-estar da população e, concluir um pacto

---

<sup>46</sup> Sistema assume Maluf e o impõe. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24/10/1984.

constitucional, convocando uma constituinte. A formação dos ministérios teve impacto na política do presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, principalmente na definição da composição e do programa governista e na formação das mesas da Câmara e do Senado. As reivindicações para participar do governo nos ministérios eram marcadas por ameaças, imposições, pressões e vetos com interesses políticos particulares. Para o jornalista Carlos Castello Branco, Tancredo acreditava que as mudanças eram institucionais, com a elaboração de novas leis que “são notadamente mudanças de atitudes e, no setor econômico, visam a combater a inflação sem prejuízo do propósito de gerar empregos e de assegurar maior participação do setor privado na economia”.<sup>47</sup>

A imagem pública de Maluf foi o critério utilizado para não apoiá-lo no Colégio Eleitoral e as mudanças propagadas pelo governo encabeçado por Tancredo estavam direcionadas para suas atitudes, sem sequer ressaltar a importância dos trabalhadores para a construção do governo civil. O presidente eleito manteve-se cercado de liberais, de conservadores, de latifundiários, de banqueiros, de industriais, de grupos estrangeiros e de setores militares, sem um projeto político e econômico consistente que modificasse a situação do país e dos trabalhadores. Para o PT, os compromissos e os objetivos fundamentais dos grupos que apoiaram Tancredo Neves já estavam definidos.

São eles: a eleição de um Congresso de centro-direita em 1986, a quem se entregaria a reforma de Constituição; a aceitação da tutela militar; o compromisso de honrar todos os acordos com o FMI e o capital financeiro do País e do exterior; garantia de intocabilidade da propriedade fundiária, mantendo como padrão de política agrária a mera aplicação do Estatuto da Terra; em resumo, um conjunto de linhas que representam a disposição, já manifestada pelo próprio candidato a presidente, de manter-se fiel aos ideais de 64 (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 184).

A luta do PT manteve-se focada contra os ideais dos militares, que continuavam no poder, sob as hostes do presidente civil e dos interesses políticos restritos à manutenção da presença de capitalistas, da reforma constitucional e dos proprietários de terra. Assim, na perspectiva petista, o governo eleito no Colégio Eleitoral não teve legitimidade porque não fez nada pelos trabalhadores e nem sequer fora escolhido por eles. O Partido dos

---

<sup>47</sup> As mudanças e as pressões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01/02/1985.

Trabalhadores definiu o seu inimigo político que nasceu do Colégio Eleitoral ilegítimo: o governo Tancredo-Sarney.

A posse do presidente eleito no Colégio Eleitoral estava marcada para o dia 15 de março de 1985. Contudo, Tancredo Neves foi afastado do cargo por motivos de grave doença,<sup>48</sup> que o levou a ficar hospitalizado, no Hospital de Base de Brasília e no Instituto do Coração em São Paulo. Para o jornalista Carlos Castello Branco, a situação gerada com a doença do presidente não perdurou por muito tempo, pois gerou instabilidade no governo com a ausência do presidente eleito e a omissão do vice-presidente. O vice-presidente na chapa da Aliança Democrática, José Sarney, foi empossado no cargo presidencial na data pré-determinada e foi pressionado para assumir as funções e evitar a paralisia governamental.

As hipóteses de governo provisório e de redução do período de permanência de José Sarney na Presidência da República surgiram como questionamento à ilegitimidade e a ilegalidade à posse do vice-presidente. Para o Partido dos Trabalhadores, a presença de José Sarney na Presidência da República se tornava um incômodo no cenário político nacional, pois era ele o coordenador da negativa na votação da emenda Dante de Oliveira em 1984. Para Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, José Sarney “não tinha a legitimidade histórica da resistência democrática, nem uma camisa amarela estampada com “Diretas Já!” numa gaveta qualquer do seu guarda-roupa” (LEONELLI & OLIVEIRA, 2004, p. 608). Para Sarney, a ideia de eleições diretas após a sua confirmação como presidente era uma tentativa de golpismo da esquerda e podia insuflar a ideia do golpe nos militares.<sup>49</sup>

Para o PT, a presença de Tancredo era inaceitável como presidente civil, e após a sua morte e a posse de Sarney, apenas se concretizava a permanência dos militares no poder. Como político da ARENA e do PDS, José Sarney foi subserviente, apoiador e defensor das estratégias das forças armadas em permanecerem no poder. Assim, a perspectiva para os trabalhadores estava comprometida principalmente porque os políticos da Aliança Democrática e seus apoiadores nada ofereceram de favorável aos trabalhadores.

O tema do não comparecimento ao Colégio Eleitoral foi debatido em reuniões e encontros do Partido dos Trabalhadores por meio de três propostas para serem decididas pelos militantes: “manter-se fiel às origens e não participar; participar por compreender

---

<sup>48</sup> Para Carlos Castello Branco, “sequer se conhece ainda a exata definição dos males que o afligiram e o afligem, perdendo confiabilidade os sucessivos anúncios dados de boa fé pelos meios oficiais”. A hora ainda é de preocupação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22/03/1985.

<sup>49</sup> Pela primeira vez não se fala em golpe. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/1/1985.

que dever-se-ia derrotar o candidato Maluf identificado como continuidade do regime; comparecer ao Colégio Eleitoral após a negociação de um programa com a Aliança Democrática garantindo conquistas para os trabalhadores” (COSTA, 1998, p. 141). E o partido decidiu por não homologar e nem corroborar com uma decisão já reconhecida: se for Tancredo Neves ou Paulo Maluf, o presidente era a continuidade do autoritarismo. A deputada Bete Mendes não aceitou a decisão partidária e utilizou entrevistas e cartas a 1.817 eleitores, consultando-os sobre a sua presença ou não ao Colégio Eleitoral. A parlamentar se baseou nas opiniões populares, ignorando as decisões partidárias do PT. Bete Mendes concluiu que:

Como em minhas hastes partidárias 68,7% querem que eu vá votar por eles na escolha do próximo Presidente da República, e como dentre os eleitores de outros partidos, inclusive eleitores do PDS, 78% também são dessa opinião, afirmo desta tribuna, ao fim da Sessão Legislativa do ano de 1984, que irei ao Colégio Eleitoral, por vontade dos eleitores petistas e dos demais partidos, votar no candidato Tancredo Neves.<sup>50</sup>

Em 15 de janeiro, na votação no Colégio Eleitoral, Bete Mendes compareceu e votou em Tancredo Neves. Para a parlamentar, a coerência com o entendimento do político obrigou-a a estar onde o povo estava e esta atitude contrária à decisão do partido gerou sua expulsão. A parlamentar afirmou que “sabia de antemão que o seria, segui adiante. Dei o meu voto consciente de estar contribuindo para que se tornasse realidade um sonho de nosso povo”.<sup>51</sup> Para a deputada, seu voto foi uma “homenagem maior a Tancredo. Foi o reconhecimento que lhe dei em vida por sua trajetória política marcada pela seriedade, pela coerência, pela honestidade e pelo espírito democrático e conciliador”.<sup>52</sup>

O Partido dos Trabalhadores passou por um dos primeiros casos de desobediência partidária com a votação dos deputados federais Bete Mendes, Aírton Soares e Eudes Júnior no candidato Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Como um partido que buscava se diferenciar dos existentes, em que as decisões eram tomadas junto às bases, por meio dos encontros partidários com consulta aos filiados, o PT procurava demarcar as suas fronteiras políticas nitidamente, porém “tal consulta não foi por meio dos Núcleos de Base, que teoricamente se vinculavam aos movimentos sociais, podendo proporcionar uma maior abrangência à consulta” (BRANDÃO, 2003, p. 89). A atitude dos parlamentares que

<sup>50</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 159, 5/12/1984, p. 15990.

<sup>51</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 37, 30/4/1985, p. 3610.

<sup>52</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 37, 30/4/1985, p. 3610.

compareceram ao Colégio Eleitoral esteve diretamente relacionada ao cerne da atuação dos deputados federais, independente ou não às diretrizes do partido, pois este é um local de socialização e aprendizado político e social. No caso do PT, em que as propostas eram colocadas em votação interna, e devidamente seguidas por todos os integrantes, independentemente do resultado, concordar ou não com a decisão do partido na definição de ir ou não ao Colégio Eleitoral não era suficiente para que os parlamentares exercessem suas escolhas pessoais, mas assim o fizeram.

E no Encontro Nacional Extraordinário realizado entre os dias 12 e 13 de junho de 1985, na cidade de Diadema, o PT afirmou que as prerrogativas de decisão política não eram exclusivas dos dirigentes ou das bancadas parlamentares como nos partidos de burguesia ou de vanguarda, por isso defendeu a democracia interna partidária como forma de debate e de discussão das propostas pelos filiados. Caso o parlamentar permanecesse com a posição individual e descumprisse as diretrizes partidárias, era necessário que a Executiva Nacional solicitasse seu desligamento do partido, pois “traz à tona questões cujo equacionamento poderá trazer ao Partido, nos próximos anos, reflexos tão profundos quanto os resultados da manutenção de nossa decisão de não comparecer ao Colégio Eleitoral” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 191).

### **Considerações finais**

Nos primeiros anos de luta legislativa, o Partido dos Trabalhadores teve como desafios iniciais as eleições de 1982, a classe trabalhadora, o movimento Diretas Já! e o Colégio Eleitoral. Em relação à classe trabalhadora, o partido buscou ouvi-la para expressar, defender e consolidar politicamente os anseios do movimento popular e dos sindicatos. Assim fazer uma atuação diretamente ligada às organizações dos trabalhadores. A expectativa para que os trabalhadores considerassem o PT um partido representante dos seus interesses motivou os parlamentares a direcionar a atuação política em relação ao movimento Diretas Já! e ao Colégio Eleitoral.

O Partido dos Trabalhadores durante o ano de 1983, 1984 e 1985, lutando pelas Diretas Já! e contra o Colégio Eleitoral, delimitou sua ação para as soluções institucionais existentes no regime militar: exigir as eleições diretas para que o trabalhador tivesse o direito de escolha do presidente.

No movimento Diretas Já! foi percebido como a historiografia construiu uma análise com foco nas ruas, praças, comícios e festividades da sociedade brasileira. E junto à proposta de interpretação institucional de Leonelli e Dante (2004), ficamos motivados para

entender a luta no Parlamento nacional. Para além da dualidade, luta social e luta institucional, percebemos como a influência, a proximidade e os objetivos das lutas são similares e complementares na campanha das Diretas Já!. O partido corroborou sua inserção institucional ao valorizar o elemento político e as eleições como método para disputa do poder político nacional. As resoluções do PT sobre ir ao Colégio Eleitoral mostraram a opção política tomada pelo partido, em que a instituição militar teve um método espúrio na política, por causa da eleição indireta e da exclusão da classe trabalhadora pelas elites das decisões políticas.

Neste ponto, os parlamentares atuaram na proposta de que Tancredo e Maluf não eram as únicas alternativas. O PT era uma alternativa para as vontades e os interesses dos trabalhadores, debatendo seus problemas cruciais, reivindicando sua independência de classe e realizando debates e reuniões abertas, principalmente, com o tema do não comparecimento ao Colégio Eleitoral. Para o partido, o Congresso Nacional, instituição que encaminhava a sucessão presidencial, mostrava evidências de distanciamento da vontade de mudança da maioria do povo brasileiro. A compreensão do Colégio Eleitoral como questão política fez com que o PT utilizasse as eleições como um método de participação da classe trabalhadora na democracia burguesa. Politicamente o PT, ao inserir-se nas lutas institucionais, iniciou um processo político de reconhecimento do *status quo* e da conquista dos espaços legítimos para atuação partidária que favorecesse os trabalhadores.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 223-249.

AMARAL, Oswaldo. *A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90*. São Paulo: Editora Garçonni, 2003.

BRANDÃO, Marco Antônio. *O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994)*. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2003.

COSTA, João Bosco Araújo. *O imaginário político do Partido dos Trabalhadores: o petismo, o sistema representativo e o poder local*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

- DIAS, Rodrigo. *A esquerda brasileira no contexto do fim da guerra fria*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2002.
- DIMENSTEIN, Gilberto (org.). *O complô que elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: JB, 1985.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13 ed. São Paulo: EDUSP, 2009.
- FERREIRA, Denise Paiva. *PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)*. Goiânia: Alternativa, 2002.
- KECK, Margareth E. *PT: A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEAL, Paulo Roberto Figueira. *O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?* Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- LEONELLI, Domingos, OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MARQUES, Ângela Peralva Baumgratz. *Considerações sobre o desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores em Minas Gerais, entre 1989 e 2002*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.
- MELO, Ana Lúcia Aguiar. *A Ação Política do Partido dos Trabalhadores e a Busca do Equilíbrio*. *Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas*, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, v. II, n. 2, p. 47-60, 1998.
- MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1997.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1995.
- POCOCK, John G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- RANINCHESKI, Sônia; CORDEIRO, Nathália R. *Democracia processual ou participativa: a visão do PSDB e PT na câmara dos deputados do Brasil*. *Revista Debates* (UFRGS), v. 2, p. 213-244, 2008.
- REIS, Daniel Aarão. *O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas*. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. (orgs.). *As esquerdas no Brasil – Revolução e democracia (1964-...)*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 503-540.
- RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: FPA, 2003.



SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo e Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

TAFARRELLO, Paulo Moraes. *A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do "socialismo real"*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.



Recebido: 26 de outubro de 2016

Aprovado: 19 de julho de 2017